

# Casa Branca teme confrontação

**Washington** — O chefe da Assessoria Econômica da Casa Branca, Martin Feldstein, afirmou ontem que a reunião em junho dos países latino-americanos endividados poderá ser prejudicial se for adotada uma linha de "confrontação" ou "uma posição de negociação sobre a dívida externa que não reconheça as importantes diferenças entre os países endividados".

Em declaração conjunta no final da semana passada, os presidentes da Argentina, Brasil, México e Colômbia convocaram a reunião de chanceleres e ministros da área econômica dos países endividados, expressando suas preocupações com as altas das taxas de juros e o protecionismo comercial e afirmando que não serão acuados em uma situação de insolvência forçada e de paralisação econômica prolongada.

## Contra pressões

Feldstein, em entrevista no Foreign Press Center, disse que a reunião poderá ser positiva se for buscada a cooperação entre os países, mas que "não gostaria que ela se transformasse (em iniciativas) de confrontação ou que buscasse uma posição de negociação coletiva para pressionar os países credores. Disse que os Estados Unidos não devem "mudar sua política monetária numa tentativa de melhorar a situação dos países endividados com a redução das taxas de juros. A liberação monetária, acrescentou, levaria a taxas de inflação mais altas e à interrupção do crescimento econômico nos EUA, o que seria prejudicial, em vez de benéfico, para o Brasil e outros países".

Feldstein, no entanto, concordou com a declaração dos presidentes no sentido de que taxas de juros mais altas e o protecionismo são problemas muito sérios para os países endividados. Disse que os países industrializados precisam abrir os seus mercados para os produtos dos países endividados, caso contrário, eles não conseguirão pagar a dívida. Sobre as taxas de juros, afirmou que altas adicionais podem representar uma carga insuportável para alguns desses países.

Feldstein sublinhou que as taxas de juros de longo prazo poderão ficar estáveis ou até cair nos próximos meses porque o Congresso

dos EUA deverá aprovar na próxima semana um corte de 150 bilhões de dólares do déficit orçamentário para o triênio de 1985/87. Disse que esse fato ainda não está sendo levado em consideração pelo mercado financeiro mas deverá afetar positivamente as taxas de juros nos próximos meses. O corte do déficit em 150 milhões de dólares foi proposto pelo Presidente Reagan há cerca de dois meses como uma primeira prestação para reduzir o desequilíbrio orçamentário. Se o Congresso aprovar a medida, a arrecadação será majorada em cerca de 45 bilhões de dólares e as despesas serão reduzidas em cerca de 105 bilhões de dólares. O déficit seria reduzido em 30 bilhões de dólares em 1985, 50 bilhões de dólares em 1986 e 70 bilhões de dólares em 1987.

Após as eleições presidenciais de novembro, Feldstein expressou sua esperança de que o Congresso venha a aprovar reduções adicionais nos mesmos valores para 1986 e 1987. Feldstein afirmou ainda que o crescimento da economia norte-americana continua forte, mas deverá diminuir moderadamente no segundo semestre propiciando uma ligeira queda das taxas de juros. Em 1984, segundo suas estimativas, o PNB dos EUA (que aumentou 8,8% no primeiro trimestre) crescerá 5% e a inflação ficará também em 5%.

O presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, disse que discutiu na segunda-feira a situação econômica e financeira dos Estados Unidos e do Brasil em seu encontro com o Presidente do Federal Reserve, Paul Volcker. Afirmou que o Governo brasileiro continuará insistindo e esperando a redução da taxa da *prime rate* para administrar melhor o serviço da dívida. Se as taxas de juros continuarem subindo, disse Pastore, será muito difícil para o Brasil cumprir os seus compromissos externos em 1985. Após a conclusão anteontem do seminário sobre dívida externa, promovido pela Universidade de Virgínia, Pastore seguiu ontem de manhã para Nova Iorque, onde pretendia encontrar-se com alguns banqueiros e seguir viagem para o Brasil à noite.